

MESA-REDONDA

MOVIMENTOS SOCIAIS E CRISE DAS IDEOLOGIAS NO BRASIL

João Pinto Furtado, DEHIS/UFOI

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O objetivo da presente exposição é tão-somente o de levantar uma possível orientação de pesquisa que possa nortear a reflexão sobre um objeto que, por assim dizer, em sua especificidade ainda se "movimenta" diante de nossos olhos. Essa tarefa, a um só tempo instigante e penosa/sobretudo para o Historiador, impõe o repensar da questão do tempo e suas implicações no processo, cognitivo.

Partimos de uma indagação decorrente da avaliação do contexto presente. Entre o processo' de mobilização que culminou com as eleições presidenciais de novembro de 1989 e o quadro atual, já no fim do primeiro semestre de exercício do novo Governo, percebe-se um grande hiato no que diz respeito a participação política, a direita e a esquerda. É como se a sociedade brasileira estivesse "à mercê" do Estado. Tal contexto nos sugere a seguinte questão: estaríamos vivenciando a falência do modelo participativo segundo o qual se forjaram os movimentos sociais mais atuantes das décadas de setenta e oitenta? Estariam tais movimentos em busca de novas estratégias e orientações?

Na tentativa de responder parcialmente a essas questões, procuramos orientar nossa reflexão a partir das proposições de Thompson¹, segundo as quais a experiência concreta ocupa lugar central no processo de constituição dos discursos e práticas da classe trabalhadora. Parte-se, portanto, da recusa a uma visão teleológica do processo histórico que, ao atribuir a classe trabalhadora a tarefa da revolução como um *a priori*, no limite, nega analiticamente a esta mesma classe a possibilidade de se constituir em sujeito de sua própria história. Com isto, nos colocamos diante da idéia de "fim da história", questionando a um só tempo a temática hegeliana da reconciliação do espírito consigo mesmo e a marxista, da reconciliação da humanidade consigo mesma por via da revolução². Por outro lado, questionamos também as proposições de uma pretensa vertente neoliberal que vislumbra, no mundo contemporâneo, o "fim da história", que se traduziria, segundo o "pensador" nipo-americano Francis Fukuyama, na crescente incorporação dos valores liberais e da democracia burguesa em demonstração inequívoca da falência do socialismo.

No sentido de tentar perceber qual é a leitura que os movimentos sociais, sobretudo o

chamado sindicalismo cutista, fazem desta realidade e como orientam sua atuação, partimos também de uma nova orientação metodológica, qual seja a da História imediata. Segundo esta problemática, tentaremos perceber em que medida os movimentos sociais sobre os quais nos debetamos procuram elaborar suas próprias leituras da História. Partimos da premissa de que, para estes movimentos, ocupa um lugar central em sua estratégia de mobilização o resgate da história da prática política dos trabalhadores. Tal é o que se verifica, por exemplo, a partir da análise das discussões ocorridas no recém-realizado "Congresso de Unificação das Entidades dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais"³. O Congresso tornado como, de alguma maneira, representativo da discussão que no momento se empreende no interior da C.U.T. - Central Única dos Trabalhadores reuniu, mantendo a proporcionalidade, representantes das diversas tendências que compõem a Central. Assim, Articulação, Cut pela Base, Convergência Socialista, Corrente Sindical Classista, Democracia Socialista e setores do Partido Comunista Brasileiro em processo de filiação a CUT procuravam sempre, no curso dos debates, se apresentar como os ilegítimos herdeiros das tradições mais combativas do movimento. E como se a manipulação da história do movimento conferisse substância política aos atores, que passam a falar não apenas por si, mas também em nome de uma suposta identidade de classe⁴. Para melhor entender esta ordem de questões, tentemos acompanhar mais de perto a constituição dos novos protagonistas.

A CONSTITUIÇÃO DOS "NOVOS" ATORES A "Nova" Direita

A partir da segunda metade dos anos 70, e sobretudo nos anos 80, assiste-se, no Brasil, a um aumento significativo da participação política por via de canais extra-institucionais. Em outras palavras, assiste-se a progressiva reaglutinação do movimento popular por um lado, e, por outro lado, a recomposição da correlação de forças a direita, onde, sob a pretensão de repensar o papel do Estado, um grupo provido de um discurso neoliberal procura "marcar" uma posição de contestação a ordem instituída pelo golpe de 64.

Essa "Nova" Direita, é necessário dizer, por demais velha em relação ao seu projeto de sociedade e suas práticas políticas, procura justificar seu epíteto em função da base de legitimidade de seu discurso. Atualizando a temática liberal da Centralidade do Mercado, sob a ótica da eficiência e da produtividade, a "Nova" Direita transforma a "mão invisível do mercado" no mais novo fetiche. Enxugamento da máquina, eficiência e produtividade tem sido palavras-chave. Em seu discurso, a precariedade desses caracteres explica tanto as mazelas da economia nacional, como os tanques de Pequim ou a questão nacional da União Soviética.

Essa "Nova" Direita que, no plano internacional, se alimenta continuamente nos mitos da "Era Reagan" e do "Tatcherismo" encontrou, após uma série de percalços, em Fernando Collor sua expressão mais acabada. É sintomático que, no processo eleitoral de 1989, as pesquisas apontassem, em uma determinada parcela do eleitorado, para aqueles candidatos que melhor se enquadrassem neste perfil. Assim, por exemplo, o "liberal de primeira hora", Afif Domingos, cresceu nas pesquisas enquanto conseguiu capitalizar este potencial de votos. Também Mario Covas, com seu "choque de capitalismo", procurou cativar esta parcela do eleitorado. Em 1989, as palavras enxugamento, produtividade e eficiência freqüentaram, *ad nauseam*, a imprensa escrita e falada. Não é fortuito, ou obra do acaso, que o principal expoente da "Nova Direita Sindical", Luiz Antonio Medeiros procure, a todo tempo, fundamentar sua legitimidade na eficiência de sua atuação, nos resultados de seu sindicalismo.

O que existe de comum a todos estes personagens e suas respectivas bases de apoio e a eleição do mercado como cenário privilegiado para a resolução dos problemas sociais. Procura-se, em

suma, exorcizar o fantasma da "estadolatria" e seus efeitos perversos.

A "Nova Esquerda"

Até aqui falamos, ainda que brevemente, da onda neoliberal. Vejamos agora, também de maneira sucinta, a origem do que vem sendo qualificado como a "nova esquerda". Entendemos como expoentes dessa "nova esquerda" fundamentalmente os agrupamentos políticos que deram origem ao Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores, embora os limites que comportem tal definição não sejam exatamente bem delineados. Tais agrupamentos definem-se, inicialmente, pela recusa a "estrutura sindical pelega" herdada do regime militar, bem como pela tentativa de representar politicamente a classe trabalhadora enquanto classe através de um partido de massas⁵. Para os fins a que nos propomos, vamos nos limitar a análise do sindicalismo cutista.

Uma primeira distinção importante entre esta "nova esquerda" e os setores que I tradicionalmente procuravam se definir como porta-vozes da classe trabalhadora, diz respeito as suas I origens e estratégias de ação. A "Nova Esquerda" forjar-se nas lutas sociais que marcaram a segunda metade dos anos 70, procurando imprimir a todo momento um conteúdo de massas a sua ação, em oposição ao "sindicalismo de gabinetes" do trabalhismo populista e ao "sindicalismo de quadros" do "partidão". Em relação a estratégia de ação, percebe-se a recusa da legitimidade da estrutura sindical do regime militar e a busca de novas alternativas de luta, trazendo para as ruas a luta por salários e melhores condições de trabalho. Em uma palavra, a "nova esquerda" contrapõe a luta através do Estado, a luta apesar do Estado. Nesse sentido, percebe-se nitidamente a tentativa de esvaziar o Estado de qualquer possibilidade de atuação no curso da ação sindical. No processo da Assembléia Nacional Constituinte, observa-se a recusa, por parte da "Nova Esquerda", da legislação sindical vigente, e a tentativa de eliminação da unicidade sindical e do Imposto Sindical obrigatório, no que foi veementemente contestada, seja pelo "sindicalismo populista", seja pelo "sindicalismo de quadros" do P.C.B.

O que se percebe em relação a estratégia do "sindicalismo cutista" e que procura fazer uma releitura da história do movimento dos trabalhadores e fundar uma nova pratica sindical. Os próprios : conceitos empregados pela militância denotam e revelam, de certa maneira, esta especificidade. Por exemplo, não e tão forte, no sindicalismo cutista, a dicotomia urbano/rural, assim como trabalha-se, geralmente, com o conceito mais amplo de classe trabalhadora, recusando o uso de conceitos como classe operaria ou campesinato. Também a questão do socialismo e colocada de maneira distinta. O cotidiano da mobilização e também as lutas localizadas são vistos como constituintes micro de um processo de transformação global. Nesse sentido, desvela-se um esforço em prol da construção teórica e pratica permanente do socialismo, o que significa um esforço de reelaboração da matriz discursiva do marxismo e, no limite, a recusa de um projeto global e único de revolução. Tal e o que se percebe, a nível do discurso, nas proposições de diversas tendências do sindicalismo cutista, a despeito de suas divergências em relação ao conteúdo do socialismo e estratégias de ação. Assim temos desde uma concepção de socialismo e ação sindical mais marcada pela social-democracia, representada pela Articulação, tendência majoritária, ate as concepções trotskistas de grupos como convergência socialista e democracia socialista, que, embora minoritários, detêm importantes posições no interior da central. Este jogo de tensões no interior da CUT e responsável, em parte, pela ambigüidade da atuação da Central no contexto que nos e mais imediato, o qual passa a ser visto a seguir.

O CONFRONTO

A par da constatação de que o confronto entre os dois agrupamentos políticos e inerente e mesmo constitutivo de sua identidade, e de que se prolonga nos mais diversos aspectos da vida social,

optamos, no entanto, por um corte temporal e temático que privilegiasse o enfrentamento mais recente o que tangia a política salarial do Governo Collor até o momento do presente Encontro.

No ano passado, os atores citados acima tiveram um enfrentamento mais pontual e ideológico no processo de eleições presidenciais, onde os debates já revelavam as posições claramente antagônicas em relação a temas como o papel do Estado, política econômica etc. Mas, do ponto de vista de que nos ocupamos, e mais interessante tentar estudar a arena das relações trabalhistas no sentido de perceber, na prática concreta, o jogo de forças que se estabelece e as estratégias de enfrentamento. Somos remetidos, portanto, ao confronto Governo *versus* Sindicalismo Cutista, o qual já delineia suas características centrais neste Iº semestre de administração.

Uma primeira impressão que se tem é que, após a derrota de seu candidato a Presidência da República, o movimento popular alinhado em torno da CUT entrou numa espécie de letargia, não conseguindo articular, logo nos primeiros meses, uma postura mais positiva em face das primeiras medidas de impacto em relação à política econômica.

A primeira tentativa de marcar claramente uma postura de oposição à política econômica do Governo Collor traduziu-se na marcação de uma greve geral para o dia 12 de junho de 1990. A citada mobilização foi desmarcada posteriormente pela direção da central, sob o argumento de que não haveria engajamento suficiente para uma demonstração de força, o que, agravado pela saída da Central Geral dos Trabalhadores da mobilização, redundaria em demonstração inequívoca da desarticulação do movimento sindical. Tal postura gera grande polemica no interior da Central e será violentamente contestada por algumas tendências, notadamente CUT pela Base e os grupos trotskistas Convergência Socialista e Democracia Socialista. Tais grupos, cabe reafirmar, embora não majoritários, detêm importantes posições na Central, controlando Sindicatos com grande poder de mobilização⁷. Os grupos não alinhados à Articulação, tendência majoritária, detêm 6 votos dos 14 da executiva da CUT e posicionam-se, desde o início, contra a participação da Central no chamado "Entendimento Nacional" proposto pelo Governo.

Em junho tem-se um processo de radicalização e enfrentamento na Ford durante campanha salarial. Fala-se em sabotagem e greve de ocupação. O fato ocupou grande espaço na imprensa nacional e, quem diria, assiste-se a Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e membro da Executiva Nacional da CUT, executando a função de "bombeiro", no que foi voto vencido pela base, que insistiu no processo de radicalização, embora sem muitos resultados concretos.

Em agosto de 1990 ocorre um fato decisivo, uma primeira vitória da "Nova" Direita, sobre o qual o Presidente da CUT, Jairo Meneguelli, diria posteriormente se tratar de um dos mais duros golpes então recebidos pelo Movimento Sindical. Trata-se do julgamento da greve dos funcionários da Companhia Siderúrgica Nacional (C.S.N.) pelo Tribunal Superior do Trabalho, realizado a 08/08/90.

Neste julgamento, o TST cria uma nova figura jurídica, a greve abusiva, que rapidamente firma jurisprudência, sendo aplicada posteriormente para os ferroviários e eletricitários em greve. Neste julgamento, o parecer do relator, Ministro Marcelo Pimentel, diz textualmente: *"Na defesa do interesse nacional o direito de greve pode ser relativizado"*. Longe de ser tão somente um fato isolado numa empresa específica, o julgamento significa uma guinada nos procedimentos até então usuais no TST, onde as reivindicações trabalhistas sempre encontraram maior receptividade. Através do citado parecer, a Justiça do Trabalho introduz temas como "interesse nacional" e "saúde financeira das empresas" na análise de dissídios trabalhistas. O mercado entra na arena da legislação trabalhista pela porta da frente e, numa situação emergencial de crise, alguns direitos (como o de greve) podem ser suspensos. É o "jeitinho brasileiro" criando uma espécie de "Estado de Sítio" para a legislação

trabalhista. Assim, determinações da conjuntura econômica passam a ser critérios para interpretação e aplicação da legislação. *"O principio básico do Direito do Trabalho e a manutenção do emprego"* E, ainda citando palavras do relator, *"se eu desse o aumento que eles (os trabalhadores da CSN queriam, o Piano Collor teria desaparecido junto com a Companhia Siderúrgica Nacional"*¹⁰ Por via da jurisprudência, a "Nova Direita" preenche algumas das lacunas da legislação complementar deixadas em aberto no processo constituinte e coloca no centro das discussões a questão do mercado, ainda que este vá se revelar mais tarde como mera figura de retórica.

É sintomático que, na noite em que se veiculou a notícia do referido dissídio (08 de agosto de 1990), o "porta-voz oficioso" da Presidência da República, jornalista Alexandre Garcia, anunciasse exultante no "Jornal Nacional" da Rede Globo o seu resultado, complementando que o julgamento em questão *"pode se constituir numa referenda para os Tribunais Regionais em seus julgamentos"*.

Mais que isto, percebendo possibilidades de avançar nesta estratégia, em 27 de agosto o Governo reedita a Medida Provisória 199 sobre a política salarial com o n^o 211, acrescentando a possibilidade de que, mesmo na data-base, a empresa possa alegar problemas financeiros e não conceder reposição salarial¹¹. Os conflitos trabalhistas passariam a ter como arena privilegiada a dimensão do mercado. Nesse sentido, a temática da eficiência ganha um conteúdo perverso. Na medida em que a contabilidade das empresas pode incorporar, via manipulação, instrumentos de I arrocho salarial, inaugura-se o capitalismo sem riscos, onde o empresário pode transferir o risco do empreendimento para o trabalhador. Num certo sentido, atualiza-se o procedimento, já consolidado na economia nacional, de privatização de lucros e socialização de perdas, no qual a classe trabalhadora e sempre chamada a oferecer sua quota de sacrifício. O que se apresenta como o dado novo e, supostamente, a "saída" do Estado da mediação dos conflitos, sob o argumento de que esta estabelecido um processo de livre-negociação. Essa medida foi ainda mais contestada que as anteriores, basta dizer que até Luiz Antonio Medeiros se contrapôs, embora sem conseguir "resultados" concretos.

Em setembro, data-base das categorias mais combativas no interior da CUT, esperava-se um grande confronto, chegando-se a falar, nos Gabinetes Ministeriais e na grande imprensa, em um "setembro negro" com grande movimentação sindical e política. O fracasso de mais esta expectativa sugere que a classe trabalhadora ainda se encontra na defensiva e que se instaurou no interior da CUT uma nova discussão, desta vez acerca da participação da Central no chamado "Entendimento Nacional". O que se deixa no ar como uma questão ainda em aberto: quais seriam as implicações de uma tal participação? Seria um recuo apenas estratégico? Ou denotaria uma mudança de rumo do próprio movimento sindical?

Citando textualmente Jáir Meneguelli, acerca da desmarcação da Greve Geral de 12 de junho:

"O papel do dirigente sindical não é mandar nos trabalhadores, e representá-los. Por mais que a executiva da CUT quisesse a Greve Geral, e ela queria, naquele momento não foi possível"¹² Num certo sentido, esta postura também serve como termômetro para balizar o atual comportamento da Executiva da Central. Se a participação da Central no chamado "Entendimento Nacional" é uma decisão correta ou não, não se sabe, especialmente quando se procura ter a perspectiva da história em aberto, como pratica a ser construída num processo de elaboração coletiva.

NOTAS

- 1 A maior parte destas proposições encontra-se em: THOMPSON, E.P. *Tradition, revuelta y consciência de classe*. 2ª ed. Barcelona: Editorial Critica, 1984. E também: THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. V3. e também: THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- 2 Uma interessante reflexão acerca do tratamento das proposições hegelianas em Marx pode ser sugerida a partir da leitura dos "Manuscritos econômico-filosóficos de 1844", o que é aqui apenas citado, e não desenvolvido, por escapar aos objetivos do presente trabalho.
3. O referido Congresso, realizado em agosto de 90, foi objeto de observação direta, onde, na condição de Delegado Sindical, procuramos estar especialmente atentos a discussão sobre a história e os rumos do movimento. Uma síntese das principais posições e discordâncias encontram-se impressa no "Caderno de Teses" organizado pela direção do Encontro, onde as principais tendências apresentam, por escrito, suas teses.
- 4 A noção de identidade aqui sugerida foi tomada de empréstimo a: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- 5- A este respeito o manifesto de criação do Partido dos Trabalhadores é bastante ilustrativo, pleno de citações. Veja: *Documentos básicos do partido dos trabalhadores*. São Paulo: Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1987.
- 6 Não é nosso objetivo discutir a possibilidade, ou não, de um caráter "popular" da candidatura e administração do Sr. Fernando Collor, neste primeiro momento de governo, embora reconheçamos que deva ser uma discussão de grande interesse para as eleições subseqüentes.
- 7- Para uma análise dos segmentos que compõem a CUT e a correlação de forças em seu interior, veja-se: RODRIGUES, Leôncio M. *CUT: os militantes e a ideologia*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- 8- "CUT aceita participar do pacto por oito votos a seis". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 de set. 1990, p.4, cad. 1; e também: "Dividida, CUT vai participar do Pacto Social". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 set. 1990, p. 12, cad. 2.
- 9-Sobre o julgamento da greve na Companhia Siderúrgica Nacional, veja-se: "Um Freio nas Greves". *Veja*, Rio de Janeiro, Ano 23, nº 32, p. 44, 15 ago. 1990.
- 10-Entrevista a Revista *Veja*. Artigo citado.
- 11-Jornal *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 28 ago. 1990, p. 09, cad.1.
- 12-Em discurso proferido na abertura do Congresso de Unificação das Entidades dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais, realizado em Belo Horizonte de 15 a 18 de agosto de 1990.